

**O INCÔMODO FILOSÓFICO NEGRO E A PALAVRA COMUM**  
**THE BLACK PHILOSOPHICAL BURDEN AND THE COMMON WORD**

*Jorge Alves de Oliveira<sup>1</sup>*

Recebido em: 05/2018

Aprovado em: 07/2018

**Resumo:** A educação escolar pública, frente à questão étnica negra contextualizada a partir da Lei 10.639/03 deve sentir-se desafiada a promover ações pedagógicas que contribuam com o processo de ocupação de espaço daqueles que historicamente são preteridos das grandes instâncias de decisão da sociedade, bem como oportunizar àqueles que se perpetuam na colocação das pautas outros olhares sobre os temas em comum – questões públicas. Para tanto é oportuno recuperar Freire (1987) em sua postulação sobre o ‘pronunciar o mundo com a palavra’. Seja palavra falada ou palavra escrita tal pronúncia é geradora de caminhos de transformação. É fato, contudo, que tal atitude converte-se no grande ‘incômodo filosófico’ exigindo de todos amplo “repertório filosófico”, como sinaliza Severino (2013). Este texto apresenta o ‘exercício da fala’ como importante instrumento para que com a palavra compartilhada os pares, mesmo sendo diferentes, mas emancipados possam construir outras relações promotoras de justiça (equidade) e de dignidade.

**Palavras-Chave:** Palavra; ler o mundo; incômodo filosófico; exercício da fala; etnia negra.

**Abstrat:** Public school education in the face of the black ethnic issue contextualized from Law 10.639 / 03 should feel challenged to promote pedagogical actions that contribute to the process of occupying space of those who historically are deprived of the great decision-making bodies of society, as well as giving opportunities to those who perpetuate themselves in the placement of the guidelines other looks on the themes in common - public issues. For this, it is opportune to recover Freire (1987) in his postulate on 'pronouncing the world with the word'. Whether it is a spoken word or a written word, such pronunciation is a source of transformation. It is a fact, however, that such an attitude becomes the great 'philosophical nuisance' demanding from everyone a 'philosophical repertoire', as Severino (2013) points out. This text presents the 'exercise of speech' as an important instrument so that with the word shared the peers, although different, but emancipated can build other relations promoting justice (fairness) and dignity.

**Key words:** Word; Read the world; Philosophical nuisance; Exercise of speech; Black ethnicity.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação – UNINOVE - SP. Membro do Grupo de Pesquisa em Filosofia da Educação – GRUPEFE. Grupo de Pesquisa ILÊ EDUCARE – Educação e questões étnico raciais. Professor de filosofia junto a SEE-SP. E-mail: [jorafro@gmail.com](mailto:jorafro@gmail.com) Blog: [edufiloafro](http://edufiloafro.com)

## **A importância da palavra**

Inúmeros pensadores e pesquisadores se dedicaram a estudar a palavra. O fizeram a partir da relação entre ela e o objeto (Platão, 2001), da relação entre a palavra e o pensamento (Vigotsky, 1993) ou tão, amplamente, explorando as dimensões e os limites da palavra. Tal preocupação é compreensiva, pois se aprende pela história e pela antropologia o que significou para a humanidade a passagem dos grunhidos para os sinais e códigos que deram início aos primeiros fonemas e com eles as palavras. Palavra articulada na oralidade, nas ações do cotidiano, mas, também, aquela registrada em forma de escrita. A palavra que compõe a linguagem e essa “[...] é importante não apenas pela função descritiva e comunicativa, mas também pela função existencial. Ela, com efeito, além de descrever objetos e comunicar sentimentos serve, outrossim, para testemunhar aos outros e a nós mesmos a nossa existência.” (MORIN, 2005, p. 149) E, será esta palavra escrita que marcará ainda a passagem hierarquizada, política-econômica-valorativa e até discriminante, entre as sociedades que dominam a ‘palavra escrita’ daquelas que a tem na ‘oralidade’ (Castro, 2005).

É ainda a história que revela a importância da palavra a partir dos relatos de guerra entre os povos. Em Galeano (1998) encontram-se relatos sobre as invasões dos colonizadores da América onde o alvo primeiro, ou então, o principal alvo a ser capturado é aquele que detém a palavra. Nas sociedades primitivas, segundo a terminologia antropológica para referirem-se àquelas sociedades desprovidas da escrita, a sua história e a identidade do povo está confiada na memória daquele que diz a palavra. A autoridade se instaura e se fortalece entre outras pela oralidade daquele que detém a palavra e com ela narra as origens, os grandes feitos, em uma palavra: a tradição, o elo entre o presente e o passado (Clusters, 1998). Capturar esta autoridade oradora e detentora da palavra é exercer poder sobre o povo agora subjugado ao mesmo tempo em que se instaura o novo poder.

Este novo poder, também, lança mão da palavra oral, mas tem seu trunfo na capacidade, no domínio efetivo que têm da leitura e da escrita da palavra. São estas duas capacidades que lhe “outorga” o direito de interpretar, determinar e orientar as ações de todos. Tome-se como exemplo a história do Brasil no contato direto entre os indígenas pautados pela oralidade e os portugueses letrados. Esses últimos se apoderam dos bens da terra por meio do documento escrito. Seguem dois exemplos de poder advindo da escrita: O primeiro espelha como as terras brasileiras passaram a ser tratadas e administradas com a chegada dos portugueses, diz:

Reproduzindo aqui toda sua forma de exploração ultramarina, Portugal estabelece o monopólio e dá uma concessão a Fernão de Noronha (um cristão-novo que vem explorar o Brasil com capital judeu) para primeiro contrato de extração de pau-brasil. É um contrato que dura até 1504, com exclusividade para o representante dos capitalistas judeus. (CHIAVENATO, 1986, p. 25)

Na citação feita acima quatro palavras chamam a atenção, a saber, monopólio, concessão, contrato de extração, duração. Mas, é sobre a quinta palavra que surge a indignação exatamente por estar ausente: a palavra dos índios. Os portugueses chegaram, descartaram a presença indígena, tomaram posse das terras e por meio da escrita firmam contrato liberando a exploração dos bens desta terra estabelecendo um prazo para tal atividade. Como contestar esta escrita?

O segundo exemplo é este:

[...] o pioneirismo da Igreja no ressurgimento da escravidão fica por conta do papa Nicolau V, que em 1454 assinou a bula *Romanus Pontifex*, dando exclusividade aos portugueses nos negócios da África, inclusive para apresar negros e mandá-los para o reino. Na justificativa, os seguidores do papa Nicolau V afirmavam que, em todo caso, os negros seriam batizados e a sua captura e escravidão serviriam, portanto, para “salvar-lhe as almas”. (CHIAVENATO, 1986, p. 25)

Os destaques já se encontram em evidência. A autoridade escreve um documento que libera toda a sorte de ações contra um povo justificando que isto lhes fará bem. A pergunta é a mesma: como contestar esta escrita?

Estes enxertos são apresentados para que se tenha presente a urgência e o compromisso obrigatório constante para que se domine a leitura e a escrita da palavra. Sem estas duas competências a pessoa, ou o grupo, fica à margem da grande sociedade. Como contestar a palavra que agora está colada no papel e cuja leitura é sempre solene! Foi o que se viu ao longo da Idade Moderna onde uma combinação de eventos, tais como a máquina impressora e a circulação de livros, contribuíram para a divulgação de ideias de todas as matrizes e incitaram a tantos a exercitarem a manifestação de outras ideias. (Postman, 2008)

Nestes tempos há sem dúvida um enfrentamento explícito pelo direito de voz livre e, novamente, isto se dá pela palavra oral, mas se quer também a palavra escrita a fim de que tal registro possa atingir outras pessoas distantes geograficamente ou no tempo.

Com tal exposição introdutória o que se quer salientar a respeito da importância da

palavra é a dimensão de poder que a cerca. É importante frisar: o domínio da palavra dá autoridade à pessoa para que esta possa dizer o mundo, portanto, é um exercício de poder. A palavra oral é importante, mas, no contexto em que se criou, a palavra escrita possibilita a ultrapassagem do tempo e do espaço, atingindo outras regiões e gerações. Em ambas as formas, contudo, as pessoas encontram o desafio de trazerem uma leitura do mundo por meio da palavra. Leitura que é acompanhada de princípios e de valores que apontam para além do entendimento do mundo, uma maneira de interferir no mesmo, portanto, indicativos de ação. E este é o ponto central a ser destacado.

No que tange o título deste artigo “O incômodo filosófico negro e a palavra comum” pleitear o domínio da escrita e da leitura, colocar-se como alguém que fala, apresentar uma leitura própria do mundo por parte da população negra promove incômodos. Incômodo porque é a fala do Outro, a fala do Diferente, o Outro Diferente Negro. Incômodo, também, porque é uma questão filosófica a leitura do mundo. Leitura feita e oferecida a partir da elaboração daquele que historicamente foi silenciado. Alguém agora que busca ocupar os espaços de fala da sociedade e, daqueles lugares, expressar-se, ser ouvido de tal forma que se considere suas observações e argumentações.

### **Em busca da palavra partilhada**

O segundo momento está atrelado a este momento histórico que se constrói onde se faz presente uma ‘polifonia de vozes’. A redundância aqui é intencional e se quer provocativa, pois tal ‘polifonia’ é o retrato do exercício efetivo do uso da palavra falada e da palavra escrita referendada pelo preceito inviolável e inalienável da liberdade de expressão, marca fundamental de uma sociedade que se deseja democrática, sinalização maior do processo de humanização que está em curso, apesar de seus inúmeros percalços. E, encontra-se exatamente neste ponto o segundo momento da importância da palavra, da palavra do outro, do outro diferente, do outro diferente negro.

Nestes tempos, em que a democracia se encontra em construção e, há mesmo quem diga que a democracia é uma constante construção; que a ideia de processo de humanização, também, sinaliza para algo em movimento, é preciso que se atente aos percalços, pois, enquanto humano em algumas ações ocorrem os avanços, em outros o retrocesso e, em meio a eles ocorrem os impasses que pedem posicionamentos. Este estado de construção, de movimento é

um convite, é um desafio, é um incômodo, que configurado e tratado de forma filosófica pode contribuir de forma importante nas relações sociais e humanas. Nesse sentido é significativa a leitura de Freire quando o pensador escreve:

A democracia que, antes de ser forma política, é forma de vida, se caracteriza, sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem. Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns. Em que o homem participe (FREIRE, 1989, p. 80).

A palavra se faz importante, exatamente, aqui onde se pede análises, interpretações, argumentações, posicionamentos dentro de um contexto que está a cada momento se recompondo, trazendo novas demandas. Alguém, ou um grupo, pode chamar para si a responsabilidade de apresentar uma leitura de mundo, e ditar, de forma unilateral, os respectivos posicionamentos para todos, mas a ação tomada como legítima é resultado da fala, da leitura, da palavra partilhada por todos.

A palavra, portanto, se reveste de uma força, de um poder que lhe dá outra dimensão, a saber: a de ser promotora de justiça, de emancipação e de dignidade auxiliando a todos o ‘ser feliz’. A assertiva de Aristóteles (1988) sobre a razão e o fim último da vida em sociedade é esta: “Existindo, sobretudo, pela necessidade mesma de viver, ela subsiste para uma existência feliz.” (p. 11) Pode parecer estranho, mas de fato todo o esforço que se faz é em função de um bem-estar que satisfaça as pessoas em sua plenitude e, segundo o autor citado, o que se almeja é a felicidade. Savater (1996) dirá da “vida boa” ou seja: “A vida boa humana é vida boa *entre seres humanos*, caso contrário pode até ser vida, mas não será nem boa nem humana”. (p. 74)

Tenha, assim, com estas citações que a palavra, falada ou escrita, ganha outra dimensão e justifica-se a sua busca. Reafirma-se o que já se explicitou antes: esta palavra, nestas dimensões, precisa ser dita, escrita e lida por todos porque diz respeito a todos. Ainda: quanto mais as pessoas, de todas as matrizes – neste texto, especificamente a etnia negra – participarem desta leitura-fala-escrita da palavra, mais ela atinge a todos, pois, diferente da massificação, ela se faz palavra de um e do outro, de todos.

É sobre essa insigne que se apresenta a necessidade de ser preciso em relação à palavra, isto, porque, em inúmeras situações é pedida que ela seja a palavra fundadora que reestabeleça a segurança, que dirima a incerteza, conforte os ânimos ou até mesmo denuncie aquilo que não está adequado. Dizer esta palavra, nos dias de hoje, é algo solicitado por cada um, o aclamado

direito de expressão, mas não se trata de qualquer palavra. O mundo se apresenta e é preciso ser dito ressignificado e este exige uma palavra precisa.

Dentre tantos autores que inspiram as teses deste texto encontra-se Paulo Freire em duas de suas obras: Na “Pedagogia do Oprimido” (1987) a palavra deve ser perseguida, pois é com ela que se diz o mundo. Uma palavra, que não é dita sozinha, muito menos é dita no lugar do outro. A palavra, para o autor, é dita junto, entre os pares e, vai, com isto, revelando o que se vive no cotidiano. A promoção da escrita e da leitura deve ser ao mesmo tempo a constituição de um senso crítico capaz de revelar aquilo que impede o crescimento humano de todos. Na outra obra “A importância do ato de ler – em três artigos que se completam” (2011) encontram-se reflexões e práticas importantes para se pensar sobre uma educação que envolva a questão étnica negra. Questão que vem de leituras críticas da realidade e que merece mais palavras, faladas e escritas, com vistas a provocar o necessário ‘incômodo filosófico’ ou então contemplá-lo, palavras que sejam capazes de mover as pessoas a se darem conta de que esta é uma questão para a qual são necessárias respostas. Tendo em vista o ‘exercício da fala’ por meio da palavra é possível repensar as práticas pedagógicas em aulas de filosofia, em especial a que envolve a leitura de textos, tal como apresenta Antônio Joaquim Severino (2013) na obra “Como ler um texto de filosofia”. O repertório é o que dá consistência e densidade às reflexões e nas elaborações dos argumentos constituintes da fala.

Com estas referências e contribuições objetiva-se, portanto, retomar a importância da busca pela palavra compartilhada que auxilia a compreender e a transformar o contexto em que se vive comprometendo o componente curricular de filosofia presente no ensino médio a dar a sua contribuição sobre a questão étnica negra por meio do ‘incômodo filosófico’. O ‘incômodo filosófico’ é a atitude de enfrentamento pedagógico dos incômodos que surgem ou que já estão presentes nos inúmeros contextos do espaço escolar auxiliando de forma importante na ressignificação dos conceitos promotores de exclusão e que ferem a dignidade de todos. O ‘incômodo filosófico’ apresenta-se aqui postulando com veemência que toda intervenção pedagógica voltada à etnia negra em quaisquer condições que a unidade escolar se encontra deve promover o acesso a aquela palavra por meio do conhecimento. A equipe escolar deve sentir-se desafiada a buscar este fim ainda que realize a contento atividades de cunho cultural (teatro, dança, música), atividades de cunho social (assistência material, ações pró-saúde, iniciativas esportivas), atividades de cunho humanitário por vezes, mas não pode abrir mão de que aqueles novos saiam das unidades escolares sem dominar a palavra e os seus diversos usos

– leitura, escrita, interpretação, fala argumentada.

### **Sobre a educação escolar, pública, o ‘incômodo filosófico’ e a questão étnica negra**

Este texto é construído tendo como cenário central a educação que se realiza dentro do espaço escolar – ensino fundamental e, em especial o ensino médio – o que justifica a expressão ‘educação escolar’. Nesta ‘educação escolar’ três elementos caracterizam-na como algo próprio, a saber: a intencionalidade. Os adultos, profissionais da educação<sup>2</sup>, se reúnem em um prédio intencionalmente construído e reconhecido como escola com o objetivo definido de apresentar aos novos o conhecimento produzido ao longo da humanidade. O segundo elemento característico é o conteúdo. Ainda de forma intencional os adultos recortam aquela vasta produção humana segundo o momento histórico e social que vive o grupo maior chamado de sociedade. Tem-se assim o que se chama de currículo escolar. Aqueles saberes que se entende necessários para que os novos possam conhecer a história que lhes antecedeu e interagir com ela projetando-os para novas incursões. O terceiro elemento refere-se ao como ofertar tudo isto aos novos. Assim é que intencionalmente aqueles adultos procuram pelas melhores e mais eficazes ações que possibilitem aos novos a apropriação do que lhes é ofertado. Isto tudo para precisar que ‘educação escolar’ tem uma “cara própria”, com especificidades que devem ser buscadas. Todo desvio ou insucesso descaracteriza a sua existência e coloca os profissionais da educação em xeque. É neste sentido que deve ser tomada a ideia de ‘pública’. A ‘educação escolar’ ao possibilitar aos novos o acesso e a apropriação do conhecimento se faz ‘pública’, pois coloca os adultos e os novos dentro das questões que dizem respeito a todos. Questões que exigem contribuições efetivas de todos, dada à dinâmica que cerca a vida humana. A formulação que melhor expressa o entendimento sobre ‘educação escolar, pública’ é esta: Trata-se da intervenção que se faz sobre o outro dentro de uma unidade específica, a escola, possibilitando ao estudante o acesso, a permanência, a apropriação do conhecimento que o auxilie na própria emancipação e na de seus pares, promovendo ações contrárias às injustiças

---

<sup>2</sup> No atual Plano Nacional de Educação (2014-2024) retoma-se a expressão ‘profissionais da educação’ explicitada no texto-referência do CONAE-2014 que diz: “Por profissionais da educação a lei considera todos aqueles que estão em efetivo exercício na educação básica, formados em cursos reconhecidos.” E acrescenta [...] “temos, ainda, os profissionais da educação que atuam na educação superior.” São professores (Eixo 6, Parágrafo 383). Ao longo de todo este texto, salvo observação específica, ‘profissionais da educação’ são, também, todos os demais adultos que compõem as diversas equipes que atuam no espaço escolar. Cada qual no exercício da sua função e na relação que criam entre si, com os estudantes e com a comunidade escolar contribuem no processo formativo.

que ferem diretamente a dignidade de toda e qualquer pessoa.

A efetivação desta ‘educação escolar, pública’ é permeada de incômodos, de mal-estares que precisam ser enfrentados e superados. Assim apresenta-se o ‘incômodo filosófico’ que acima de tudo é um *éthos*, um ‘jeito de ser’ daquele que se incomoda frente às questões e se vê instigado a enfrentá-las. Na história da filosofia encontram-se diversos pensadores e personagens que assumiram este ‘incômodo filosófico’ e deixaram significativas contribuições para todos. A título de ilustração tenha-se presente Sócrates que diante do tribunal faz a sua defesa calcando-a na tese de que uma “vida sem exame não é digna de ser vivida” (PLATÃO, 1957, p. 73) e o fizera mesmo diante da afirmação do Oráculo que o colocava como a pessoa mais sábia do mundo. (idem, p. 18) No espaço escolar este ‘incômodo filosófico’ pode contribuir com todos uma vez que seja assumido. E como isto se efetiva? Por meio do ‘incômodo pedagógico’. E o que será? No ‘incômodo pedagógico’ encontram-se o ‘fazer pedagógico’<sup>3</sup> e o ‘não pedagógico’<sup>4</sup>, todos constituinte do ‘incômodo filosófico’. Considere-se a cena em sala de aula.

Um trabalho em grupo. A turma dividida e nos subgrupos a definição das tarefas, sendo uma delas a eleição do responsável pela arte gráfica. A tarefa de produção gráfica na educação escolar, ensino fundamental e ensino médio, em grande escala envolve desenhos, cores, traços, sons e agora nesses tempos a presença da informática – *power point* e vídeos. Mesmo assim, muitas vezes tal tarefa na sua execução final não supera a tão famosa “capa do trabalho” estilizada e colorida acompanhada de alguma colagem. A outra eleição a ser realizada é daquele responsável pela pesquisa teórica. Busca-se aquele que tem acesso à internet e que é prestigiado em função do seu desempenho no conjunto das atividades escolares. Há ainda uma subdivisão nessa tarefa de pesquisa, pois nem sempre aquele que pesquisa é o mesmo que sistematiza o trabalho, assim é necessário que se responsabilize uma terceira pessoa. Todas essas tarefas, contudo, são eclipsadas pela apresentação do trabalho. Apesar do conteúdo, a boa verbalização e a condução da sequência sem atropelo prevalecem até mesmo em detrimento da preocupação se as ideias foram ou não assimiladas pelo grupo e pela plateia que prestigia. Se o trabalho for apenas entregue estas preocupações não são nem colocadas.

O que se apresenta concretamente com esta cena? Primeiro, é a divisão das turmas e das

---

<sup>3</sup> O ‘fazer pedagógico’ é a ação intencional do profissional da educação que objetiva promover a educação escolar, pública.

<sup>4</sup> Entenda-se pelo ‘não pedagógico’ aquele ‘não’ que corrige os rumos quando as falas se encaminham para a construção de formulações e ações que ferem a dignidade promovendo injustiças e, assim impedindo a emancipação de todos.



tarefas com suas respectivas atribuições. Segundo, é o prestígio que se dá a uma tarefa em detrimento da outra, especificamente, a valorização do apresentador. Este está em destaque em relação aos demais. Terceiro, quem assume o comando do grupo e estabelece os agentes responsáveis por tais tarefas? Tomando por referência os estereótipos étnicos presentes na sociedade como um todo, expressa a título de ilustração, aqueles obtidos pela Agência Heades, transformado em artigo por Scheller (2016) e, aqueles construídos nas unidades escolares, quais tarefas são recorrentemente destinadas a um ou a outro estudante considerando o seu perfil étnico?

Essas questões não são vazias e se apresentam aqui dentro do contexto que se vem construindo sobre o “incômodo filosófico”. São inúmeros os relatos das dificuldades que se colocam às crianças, adolescentes e jovens negros para que sejam aceitos em grupos de trabalho como estes. Entidades Negras que trabalham sobre educação escolar, tais como Educafro, CEERT, entre outras, disponibilizam em seus sites e enquetes os inúmeros depoimentos de alunos, professores e pais sobre a dificuldade de inclusão dessa população negra no ambiente escolar. Os relatos, também registram o papel que este estudante negro assume no grupo, como se distribuem as tarefas, em que condições são discutidas a tarefa de cada um e o quanto de rotatividade existe para que todos possam fazer novas experiências de aprendizagem. É preciso lembrar que o recorte que se faz nesse texto é no sentido de que esse/essa estudante negro (a) exerça a fala, seja ouvido (a) e que seus argumentos sejam levados em conta na construção de uma leitura comum de mundo. Não se trata tão somente da presença física, nem da manifestação corporal via dança, teatro, música, ou outra performance plástica, de certa forma essa presença já se faz perceber. O ponto aqui é o de ser aceito como apresentador e formador de ideias, de leituras de mundo. Em poucas palavras: o uso com excelência da palavra.

Note-se que há na cena a presença do conhecimento bruto que precisa ser pesquisado, recortado e sistematizado. Há ainda a preocupação com a comunicabilidade deste conhecimento que pode não ser interpretativo, mas acima de tudo precisa ser dito de forma objetiva e consistente. Por fim há a presença da estética na apresentação materializada do trabalho. E aqui é o ponto. Na hierarquia que se faz o conhecimento a ser pesquisado e sistematizado deve ser realizado pelos “mais inteligentes”, pois é tido como algo refinado. Por sua vez a apresentação, que também exige um requinte de sofisticação, envolve uma postura física, uma verbalização e uma gramática adequada ao contexto. Já a “capa do trabalho”, bem como, toda a produção gráfica requer “tão somente” a criatividade, que em muitos casos se finda no uso de desenhos

e cores chamativas. Uma ação importante, mas que não se encontra nos patamares anteriores. Congelando a cena escolar e agora com o olhar atento aos programas televisivos será possível verificar que cabe aos homens brancos, de meia idade, o tratamento do que é oferecido como conhecimento, pós a informação do mesmo. Em outras palavras: Alguém (repórter) recolhe os fatos, as notícias, os dados. Alguém (editor) faz a seleção e os recortes que lhe aprouver. Uns outros (apresentadores) tornam público o que foi editado. Cabe, porém a alguns sujeitos brancos, de média idade, (os comentaristas) fazerem a leitura do que foi apresentado de tal forma a orientar o entendimento e as ações da sociedade como um todo.

Esta leitura incomoda ou deveria incomodar. Este estado de coisa da grande sociedade presente ou querendo se instalar na sala de aula incomoda ou deveria incomodar. Esta compreensão hierárquica das concepções e das competências incomoda ou deveria incomodar. Incômodos que devem ser enfrentados pelos adultos e pelos novos por meio do ‘fazer pedagógico’ dos profissionais da educação a começar pelo professor de filosofia<sup>5</sup>. Este e seus pares educadores contribuem consigo mesmos, com a equipe escolar e com os estudantes quando problematizam aqueles incômodos ou nesse caso aquilo que está colocado como algo sereno, rotineiro. Problematizam a partir de questões básicas sobre a divisão das tarefas do grupo. Sobre os critérios que fizeram com que um desenvolva uma tarefa e não outra. Sobre a hierarquização dos saberes e competências. Sobre porque os/as estudantes negros/negras não são de prontas as sistematizadoras do conhecimento, muito menos aquelas que apresentam os trabalhos, muito menos formulam novas teses. O ‘incômodo filosófico’, composto pelo ‘incômodo pedagógico’ que por sua vez traz em si o ‘fazer pedagógico’ e o ‘não pedagógico’, possibilita em última instância a ressignificação dos conceitos e das atitudes frente ao conhecimento e frente às ações com os outros. Nesta cena em especial promovendo o questionamento sobre quem tem o direito de fala dentro de um grupo. Direito de fala que deve ser o exercício fundamental desta educação escolar que se quer pública, pois a pronúncia da palavra é elemento central de emancipação, promoção da justiça e da dignidade de todos.

### **A palavra que emancipa**

Esta “educação escolar, pública” centralizada na palavra tem sua inspiração em Paulo

---

<sup>5</sup> A referência ao professor de filosofia se justifica em função de que a filosofia, tomada como reflexão filosófica, incomoda ou busca incomodar e a enfrentar os incômodos. Daí a formulação “incômodo filosófico”.

Freire (1921-1997) educador brasileiro também preocupado com ela e que dirigiu grande parte de sua obra e ações sobre o tema alfabetização. Um trabalho que teve como foco os adultos impossibilitados do contato com as letras na infância, mas que o faziam agora trazendo consigo a experiência dos anos vividos. Experiência que o educador reconhece, pois no seu entendimento a palavra que será aprendida, que será apreendida, com a qual o mundo será dito é aquela que antecede a própria escrita, pois já se fez presente na leitura do mundo feita pela pessoa ao longo de sua existência. É Freire (2011) que diz: “[...] a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”. (FREIRE, 2011, p. 29) É possível dizer que os novos também trazem consigo uma leitura do mundo que antecede o domínio da palavra escrita que ocorrerá no espaço da escola capacitando-os a fazerem outras leituras deste mundo. Com isto quer-se reforçar que a palavra que se busca é aquela que emancipa a todos. Uma palavra que é partilhada por todos. Esta é a assertiva do pensador:

[...] dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la *para* os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais (FREIRE, 1987, p. 78).

Ao concretizar este escopo os adultos entre si, profissionais da educação, bem como os estudantes e por extensão a comunidade assistida pela educação escolar, pública, realizam a “pedagogia do oprimido” apresentada como sendo aquela que é “libertadora de ambos, do oprimido e do opressor”. (idem, p. 10) Onde a palavra do historicamente silenciado agora emancipa a si e aquele que oprimia sem se dar conta da riqueza que o outro tinha a lhe oferecer. É isto que se postula ao dizer que a filosofia deve se envolver com a questão étnica negra presente na Lei 10.639/03 acrescentando à história, à arte e à literatura o ‘incômodo filosófico’ que pedagogicamente se efetivará por meio do ‘exercício da fala’. Exercício esse que concretiza a capacidade real de leitura de interpretação e de produção de texto e de falas interpretativas e argumentativas para dizer o seu mundo, significá-lo e, com isto promover a emancipação de todos. Sem isto a escola não é pública.

Este texto continua enfatizando que todas as ações pedagógicas, ou não, realizadas no espaço escolar objetivando o acesso e a permanência deste contingente de estudantes negros

nos treze anos de iniciais obrigatórios<sup>6</sup> não podem negligenciar a condição de fala deste seguimento social. O relato da experiência de Freire (2011) deve ser considerado a partir de um hipotético, mas significativo paralelo entre as realidades adversas que muitos educadores sofrem em suas unidades escolares. O fato é que na atualidade também se busca construir uma identidade de país, de sociedade e os alicerces democráticos ainda oscilam. Trazer os novos para este contexto é lhes possibilitar a concretude da afirmação que diz: “Fazer a História é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado” (Freire, 2011, p. 53) Estes novos são sujeitos desta história e como tal precisam ser tratados. Justifica-se assim que os profissionais da educação ao lhes oferecerem as condições de acesso e do uso da palavra os façam mediante aos elementos que possibilitem a todos:

A compreensão do processo do trabalho, do ato produtivo em sua complexidade, da maneira como se organiza e desenvolve a produção, a necessidade de uma formação técnica do trabalhador, formação, porém, que não se esgota num especialista estreito e alienante; a compreensão da cultura e do seu papel, tanto no processo de libertação quanto da reconstrução nacional; o problema da identidade cultural, cuja defesa não deve significar a rejeição ingênua à contribuição de outras culturas, tudo isso são temas fundamentais que se acham referidos à maioria das palavras que constituem o programa de alfabetização (FREIRE, 2011, p. 55-56).

Evidente que isto pede um rearranjo da parte dos educadores no trato com os estudantes, mas nada que esteja fora do alcance de todos, pois os eventos culturais, as práticas esportivas, o acolhimento social e humanitário são permeados de possibilidade para a concretização do que se diz na citação acima sobre o trabalho, a formação, a interação com a história, a política até para poder fazer uma crítica quando estes não promovem humanidades. O fato é que a saída do espaço escolar sem o domínio da palavra é prejuízo incomensurável a estes novos, algo que compromete sem igual suas vidas. É importante mais uma vez se reportar à escrita freireana que diz:

[...] um programa de alfabetização precisa, de um lado, respeitando a cultura como está sendo no momento, estimular a oralidade dos alfabetizados nos debates, no relato de estórias, nas análises dos fatos; de outro, desafiá-los a que comecem também a escrever. Ler e escrever como momentos inseparáveis de um mesmo processo – o da compreensão e o domínio da língua e da linguagem (FREIRE, 2011, p. 63).

---

<sup>6</sup> A referência são as metas contidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, em especial as metas 3 e 8.

O que se apresenta é válido para os estudantes do ensino fundamental do quinto ano até ao nono ano? A resposta será sim. E para os estudantes do ensino médio, também? Novamente a resposta será sim. Será a resposta positiva ao se tratar do ensino superior? De pronto, sim. Evidente que a alfabetização primeira concentra-se nas séries iniciais e diz respeito às primeiras letras, contudo é pertinente compreender que a “pronuncia da palavra que diz o mundo” deve ser perseguida por crianças, jovens e adultos pois os primeiros admitem não a tê-la, já os dois últimos acreditam tê-la e muitos querem a impor aos demais. Neste sentido todos se encontram dentro de um grande processo de alfabetização, que mescla o “ato político” e o “ato de conhecimento” que segundo Freire (2011, p. 55) é:

[...] comprometida com o processo de aprendizagem da escrita e da leitura da palavra, simultaneamente com a “leitura” e a “reescrita” da realidade, e a pós-alfabetização, enquanto continuidade aprofundada do mesmo ato de conhecimento iniciado na alfabetização [...].

É a partir destes apontamentos de Freire que o indicativo de uma educação escolar voltada para o ‘exercício da fala’ ganha contornos de ‘pública’ e aumenta a tensão advinda do ‘incômodo filosófico’. Mas, na mesma proporção de desafio apresenta-se a possibilidade real de se apropriar de um repertório que por sua vez sustenta as falas para que sejam de fato significativas.

### **Um repertório filosófico para a fala significativa**

O apoio agora vem das formulações de Severino, filósofo, pensador contemporâneo com vasta produção sobre educação, sobre filosofia e sobre filosofia da educação. Sua presença aqui se justifica entre outras por estas palavras: “A educação e a aprendizagem, desenvolvidas pela mediação do ensino, constituem-se como práticas efetivas de leitura e de escrita do mundo por meio da abordagem dos diferentes discursos que a cultura humana pronuncia sobre esse mundo” (SEVERINO, 2013, p. 5) É preciso que se destaque o efeito que proporciona o ato de educar para o pensador: ler e escrever o mundo. Algo que se realiza a partir daquilo que a humanidade já produziu por meio de diversos discursos. Poderia se dizer: por meio de diversos gêneros literários. De fato, o pano de fundo de todo processo educacional realizado na escola é a apresentação de uma leitura de mundo em meio a tantas outras que a acompanham. Não se aprende a ler e a escrever apenas para que se tenha uma técnica ou para que se repita o que se

lê e escreve. É verdade que já se fez isto no passado e, possa ainda nestes tempos encontrar tais processos em pleno vapor, mas naquela ação de leitura e escrita as pessoas se deparam com ideias, com valores, com interpretações, com visões de mundo que podem pautar-lhes a vida. Neste sentido as duas habilidades ou competências moldam também o pensar, o agir segundo uma leitura de mundo. Reforça-se desta forma o entendimento de que a educação escolar pública deve auxiliar os novos a lerem o mundo, a expressarem este mundo tudo isto se valendo da palavra oral, mas fundamentalmente da palavra escrita. E, porque a palavra escrita? Por que ela se apresenta “[...] como uma nova forma de memória capaz de vencer o tempo e a precariedade das condições humanas de nossa existência histórica.” (SEVERINO, 2013, p. 6) Veja que não se trata de hierarquizar escrita e oralidade como se fez no passado anteriormente apresentado neste texto. O ponto que se pega é o da temporalidade de uma ideia escrita, impressa frente à capacidade de memória da humanidade. A dinâmica da vida cotidiana é marcada por uma frenética e infundável agenda de atividades que exige da pessoa a prática, o fazer quase automatizado, ao mesmo tempo em que a mente é ocupada para que a rotina seja cumprida. O registro escrito se faz necessário para que a pessoa não se perca em meio aos afazeres. Mas, em meio a ações estão presentes as ideias, as formulações, os pensamento em processo de sistematizações ou já sistematizados que devem e precisam ser registrados para além da primeira memorização de uma pessoa ou do grupo. Por vezes estes registros precisam ser repercutidos em outros lugares e regiões fazendo-se objetos de reflexão e de estudos extrapolando assim a oralidade. O registro escrito contribui, portanto para que mesmo em meio àquela dinâmica frenética seja possível a análise detalhada neste presente, neste local, ou em outros locais e tempo.

Evidente que esta escrita exige uma elaboração, pois o uso de palavras inadequadas pode produzir entendimentos que não contribuem com o escopo final. Por “palavras inadequadas” se entenda aquelas que não expressam a contento a ideia que se quer passar. Para além da gramática o que se coloca como demanda imperativa é a presença da mensagem contida em qualquer estilo literário. O texto escrito deve dizer toda a ideia por si mesmo, pois o autor não se fará presente em meio às leituras e o que levará a interpretações variadas. O que se postula, portanto é que a ‘educação escolar’, que se quer ‘pública’ oferte aos novos um repertório que contenha um acervo significativo de palavras que de fato diga e auxilie a dizer o mundo. Tal acervo é o da filosofia e de acordo com Severino (2013) é possível dizer: “Daí a importância que a leitura dos textos filosóficos assume em nosso processo educacional, pois eles tratam

fundamentalmente do sentido da nossa própria existência.” (p. 6) Eis o que é necessário ser explicitado no ato de educar os novos: educa-se para significar a vida. E o que é isto? É localizar-se no contexto histórico-social; identificar as produções da humanidade frente às questões que se fizeram ou que se impôs a ela; é apropriar-se destas produções e com elas interagir neste meio verificando o que é ou não é contribuição para a emancipação, a justiça e a dignidade.

No espaço escolar o ler, o escrever, a produção de texto, a pronúncia da palavra falada quando solicitada não pode ser vista apenas como um protocolo sem vida. Tais habilidades e competências são fundamentais para que cada estudante possa se colocar ativamente em meio à sociedade dizendo suas ideias e contribuindo na construção e outras tantas. Até porque a existência humana está em construção e seria um prejuízo incalculável se estes novos não trouxeram as suas contribuições. “Esse sentido se constrói ao longo da história da espécie, por meio de um investimento que se dá de forma coletiva, pela participação de todas as pessoas, sob uma dimensão social, e de forma histórica, pois é em construção ao longo da temporalidade.” (Idem, p. 6)

### **A palavra, o exercício da fala e a Lei 10.639/03**

Ao longo de todo o texto acenou-se que a palavra que se deseja é dita por todos porque ela deve entre outras, auxiliar na significação da existência e esta não se refere a uma pessoa isolada, mas a todas as pessoas que por sua vez estão em relação. O espaço escolar que se quer público é local privilegiado para que as pessoas – estudantes e adultos – exercitem a pronúncia desta palavra por meio da fala. Neste sentido o professor de filosofia tem uma contribuição explícita a ofertar que é a abertura de espaço para as falas onde ocorrerá o ‘exercício da fala’. Tal ‘exercício’ é composto por três etapas que se completam e partem de um ponto como comum que é o do ‘incômodo filosófico’, ou seja, da percepção de que algo está desajustado ou que o ajuste existente não tem mais significado para o contexto atual. Frente a isto a pessoa instigada por outros ou os instigando inicia o processo da fala:

### **Buscando a palavra que signifique o mundo**

O ‘exercício’ tem seu centro na ‘perguntação’ ou comumente chamada de

problematização. A pessoa que se coloca o desafio de buscar a palavra que diga algo a todos, sabendo que as questões são de todos, é alguém que pergunta mesmo tendo presente aquelas formulações que tendem a fechar as questões. O exercício continua fazendo com que a fala e a escrita articulem as palavras de tal forma que expressem ideias, apresentem valores para a ação, interpretem fatos ligados à questão posta de tal maneira que as falas dispersas no início vão se afunilando naquilo que é específico, naquilo que é central.

### **Possibilitar a fala é indissociável da oferta de repertório.**

Para que se busque aquela palavra é necessário que se tenha um repertório comum que enriqueça a fala. Neste sentido, para além das experiências e leituras pessoais é importante que todos tenham acesso àquela literatura, em especial, a literatura filosófica que traz as formulações construídas ao longo da história humana. É importante o diálogo para que se perceba a sintonia que marca a humanidade nesta procura de significações. O destaque à leitura filosófica se justifica porque ela traz consigo as questões filosóficas contempladas por diversos pensadores em suas respectivas épocas, constituindo-se em elemento com grande potencialidade para aglutinar a todos naquele esforço para coordenar as falas dispersas.

### **Possibilitar espaços de construções comuns**

A perseguição pela palavra que signifique o mundo de tal forma que se crie significados comuns necessita de interlocutores. Não é um trabalho isolado, ainda que cada indivíduo seja convidado a fazer a sua elaboração. Eis, portanto, o ápice do desafio de educar tal como se construiu neste texto. Fazer filosofia ou, então, pensar filosoficamente, ou ainda, iniciar-se no universo do pensamento filosófico é colocar-se frente ao pensamento do outro. No limite. É pensar sobre e com o outro. Portanto, guardadas as legítimas individualidades, o desafio em sala de aula é preservá-las, mas, dentro de discursos, leituras, reflexões que produzam significados comuns.

A ênfase aqui é fazer com que este indivíduo, o novo, ensimesmado tenha a sala de aula como lugar comum para construir significados comuns para si e para os demais. Todos os apelos privados e, até mesmo, legítimos do porque estar neste espaço escolar, precisam ser ressignificados frente a este desafio que se coloca pela filosofia, na pessoa do professor de



filosofia. A efetivação da sala de aula como espaço de construções comuns promove a ressignificação da relação ‘eu’ e o ‘outro’, nas perspectivas antropológica, ética e política. A possibilidade concreta de compor com ele, mesmo sendo diferente.

### **Últimas considerações**

A Lei 10.639/03 possibilita um resgate histórico importante para que se pense a constituição étnica do povo brasileiro. Uma temática que deve ocupar permanentemente as agendas sociais, econômicas, políticas, educacionais do país considerando que nos avanços sociais alguns setores da sociedade sentem-se provocados e vivem o mal-estar de verem em ascensão aqueles setores que historicamente foram alijados dos bens conjuntamente produzidos. Por sua vez quando a crise se instaura aquele setor responsabiliza os emergentes como causadores do desconforto. O que revela a tensão permanente entre os vários segmentos da sociedade. Uma tensão que é marcada indisfarçadamente pelo recorte étnico negro. Impedir a vasão desta discussão e com isso promover o silêncio é também condenar as próximas gerações a repetirem os erros históricos e atuais da suspensão da fala construtoras de novos significados comuns promotores de emancipação, de justiça e de dignidade. Pelo viés filosófico a Lei não se apresenta tão somente para identificar e constatar os fatos de diminuição e de negação do ‘outro’, o diferente negro, mas sim de ressignificá-lo no atual contexto que se vive a partir da questão: ‘o que se quer com o outro? Tal questão precisa ser enfrentada.

Frente ao exposto vê-se que são pautas importantes sobre a vida em sociedade e, mesmo que desejada por alguns não se aceita passivamente que alguém ou um grupo específico pontue sobre elas dizendo aos demais o que devem entender ou fazer. À sua maneira todos querem se manifestar e isto é legítimo e benéfico, mas também há que ser honesto no sentido de que estas manifestações sejam consideradas, ou seja, elas devem ser ouvidas e levadas em conta nos encaminhamentos seguintes. É por conta disso que a educação escolar precisa ser pública: não medir esforços para que os novos possam se apropriar da palavra e dizê-la na sua plenitude.

### **Referências bibliográficas**

AGÊNCIA HAEDES. <https://economia.estadao.com.br/blogs/radar-da-propaganda/n-publicidade-brasileira-mais-de-90-dos-protagonistas-ainda-sao-brancos/>

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Editora UNB, 1988.

CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural**. RJ: Jorge Zahar Editor, 2005.

- CHIAVENATO, Júlio J. **O negro no Brasil**. SP: Brasiliense, 1986.
- CLASTERS, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. RJ: Editora Francisco Alves, 1998.
- CONAE – [http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc\\_referencias.pdf](http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc_referencias.pdf)
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. RJ: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. SP: Cortez Editora, 2011.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. RJ: Paz e Terra, 1998.
- Lei nº 10.639/03 [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)
- MORIN, B. **O homem, quem é ele?** – Elementos de Antropologia Filosófica. SP: Paulus. 2005.
- PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. SP: Atena Editora, 1957.
- PLATÃO. **Crátilo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. RJ: Graphia Editorial, 2008.
- SAVATER, Fernando. **Ética para meu filho**. SP: Martins Fontes. 1999.
- SHELLER, Fernando. **Na publicidade brasileira, mais de 90% dos protagonistas ainda são brancos**. <https://economia.estadao.com.br/blogs/radar-da-propaganda/na-publicidade-brasileira-mais-de-90-dos-protagonistas-ainda-sao-brancos/> (21/03/2016)
- SEVERINO, Antônio J. **Como ler um texto de filosofia**. SP: Paulus, 2013.
- VIGOTSKY, Lev S. **Pensamento e Linguagem**. SP: Martins Fontes, 1993.